

REVISTA

GEOMETRIA GRÁFICA

Estudo de caso em bibliotecas públicas de Natal – RN: de 2004 a 2024 o que mudou nas suas condições de acessibilidade?

Case study in public libraries in Natal – RN: from 2004 to 2024, what has changed in their accessibility conditions?

Adriana Carla de Azevedo Borba

adriana.borba@ufpe.br

Doutora em Arquitetura e Urbanismo

Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil

<https://orcid.org/0009-0002-1752-4807>

Luanna Nari Freitas de Lima

luannanarifi@gmail.com

Arquiteta e Urbanista

Formada pelo Centro Universitário Facex, UNIFACEX, Natal, Brasil

<https://orcid.org/0009-0009-2068-5020>

Tássia dos Anjos Tenório de Melo

tassia.melo@ufpe.br

Doutora em Engenharia Civil

Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-8868-5574>

Jaucele de Fátima Ferreira Alves Azerêdo

jaucele.azeredo@ufpe.br

Doutora em Desenvolvimento Urbano

Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-5853-8052>

Recebido em: 20/11/2024

Aceito em: 16/12/2024

RESUMO

Trata-se de um estudo de caso comparativo das condições de acessibilidade de duas bibliotecas públicas de Natal – RN, a Biblioteca Câmara Cascudo (BCC) e a Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM), a partir de dados coletados em 2004 e 2024. O objetivo geral é compreender de que forma as duas instituições se adequaram à NBR ABNT



90/50. Os objetivos específicos são: Caracterizar as instituições BCC e BCZM em seus recortes temporais (2004 e 2024) na questão do desenho universal; compreender em que medida as reformas realizadas atenderam a NBR ABNT 90/50 e suas atualizações; traçar um panorama geral a longo prazo das reformas empreendidas por instituições públicas para adequação a NBR ABNT 90/50, considerando que a própria norma também se modifica. O método consistiu em pesquisa bibliográfica, visita a campo e coleta de dados (a partir de fotografias digitais e tomada de medidas), elaboração das avaliações de acessibilidade a luz da NBR ABNT 90/50 e análise comparativa a partir dos espaços e sua evolução nos recortes temporais investigados. Como resultados temos que, embora as edificações tenham sido construídas anteriormente à norma, com dificuldades diversas, há um esforço lento, mas consistente, resultando em melhorias gerais das condições de acessibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: acessibilidade; bibliotecas públicas; Natal.

ABSTRACT

This is a comparative case study of the accessibility conditions of two public libraries in Natal – RN, the Biblioteca Câmara Cascudo (BCC) and the Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM), based on data collected in 2004 and 2024. The The general objective is to understand how the two institutions adapted to NBR ABNT 90/50. The specific objectives are: Characterize the BCC and BCZM institutions in their time frames (2004 and 2024) on the issue of universal design; understand to what extent the reforms carried out complied with NBR ABNT 90/50 and its updates; to outline a long-term overview of the reforms undertaken by public institutions to adapt to NBR ABNT 90/50, considering that the standard itself also changes. The method consisted of bibliographical research, field visits and data collection (from digital photographs and taking measurements), preparation of light accessibility assessments of NBR ABNT 90/50 and comparative analysis based on spaces and their evolution in time frames investigated. As a result, although the buildings were built before the standard, with various difficulties, there is a slow but consistent effort, resulting in general improvements in accessibility conditions.

KEYWORDS: accessibility; public libraries; Natal.

1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade, a partir do desenho universal, consiste numa luta contínua por uma sociedade mais inclusiva, socialmente justa, com oportunidades semelhantes para todos. No Brasil, os primeiros princípios desta sociedade mais inclusiva podem ser identificados a partir de 1961 com a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, mais conhecida como Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesta, o TÍTULO X, trata “Da Educação de Excepcionais” (BRASIL, 1961) e em seus artigos 88 e 89 defendem que os alunos, à época identificados como excepcionais, deveriam “enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade” e que toda iniciativa privada exitosa deveria receber benefícios públicos (como bolsas de estudos, empréstimos e subvenções).

Contudo, foi apenas nos anos 2000 que tivemos a promulgação da Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000) que “Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”. De acordo com Gala (2024) esta, conhecida como Lei da Acessibilidade, abordou de forma mais assertiva a quebra das barreiras seja no âmbito arquitetônico, urbano, mobilidade e comunicação em geral, buscando assegurar a autonomia e oportunidade das pessoas com deficiência. Após este marco surgiu o Decreto Nº 5296 de 02 de dezembro de 2004, que além de regulamentar as Leis 10.048 e 10.098, tem o reforço das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que se debruçam em estabelecer, baseado em critérios internacionais, os parâmetros de acessibilidades a serem seguidos.

Nesta trajetória, um ponto crucial e decisivo, que instrumentalizou os profissionais que atuam no espaço, foi a ampla divulgação da Norma Brasileira foi a ABNT NBR 9050 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Segundo Garcia et al (2020), em 1994 houve uma primeira publicação desta obra, “com 56 páginas, na qual o termo acessibilidade já é incluído” (Garcia et al, 2020, 2), contudo ainda tratado de forma superficial. Todavia, ao comparar as normas de 2004 e 2015, o documento antes composto por 105 páginas, passa a conter 162 páginas, e sai de um total de 8 para 17 normas, o que “sugere indícios de maior robustez e abrangência em sua versão mais atual”. Além disto, foi observada a adoção

do “princípio dos dois sentidos, que prevê a implantação, em casos de informações e sinalizações, o uso em pelo menos dois sentidos: visual e tátil ou visual e sonoro” (Garcia et al, 2020, 5) e em se tratando das figuras contidas na norma, na versão de 2015 foram acrescentadas 30% a mais do que na versão de 2004, assim como foram atualizadas ou aprimoradas 19%.

Mais recentemente, em 2020, a NBR 9050 passou por um processo de atualização, fruto do trabalho da Comissão de Estudo Acessibilidade em Edificações, do Comitê Brasileiro de Acessibilidade (ABNT/CB-040), cujas atividades foram acompanhadas nacionalmente, por meio de consulta, ao longo dos anos de 2017 e 2018 (Bernardi, 2020). Ainda segundo Bernardi, não houveram mudanças muito profundas, e, portanto, trata-se de uma emenda, não de uma revisão; neste sentido, pode-se explicitar as principais alterações ocorridas no documento: a sinalização, por meio do Símbolo Internacional de Acesso (SIA); a sessão de corrimãos; a de circulação, sobretudo nas rampas; as portas; piscina e sua acessibilidade; e Bilheterias e Balcões de Informações. Estas frequências de ajustes nas normas são um esforço, a partir da implementação das adequações, de melhorar cada vez mais as soluções espaciais, a partir de feedbacks tanto técnicos como de usuários. Percebemos, ao longo do tempo, o aprimoramento e detalhamento da norma, buscando sempre a tornar mais compreensível, mais exequível e, sobretudo, mais inclusiva. Para além de mera atualização, tais ajustes demonstram uma maior sensibilidade e engajamento da sociedade em torno desta causa.

Evidentemente, a acessibilidade é um direito de todos e deveria ser encontrada em todos os espaços, sejam públicos ou privados, sejam em escala arquitetônica ou urbana. Neste artigo, partimos da premissa de avaliar dois direitos humanos fundamentais: a acessibilidade física e o acesso ao conhecimento junto aos espaços de bibliotecas públicas na cidade de Natal – RN. Na era da informação, o acesso a acervos privilegiados, construídos a partir da curadoria técnica, compreende uma oportunidade ímpar de aprimoramento de futuros profissionais.

Este estudo teve início em 2004, logo após uma das atualizações da NBR 9050, e naquele ano, muito ainda havia a ser transformado nas bibliotecas públicas de Natal para garantir sua acessibilidade; atualmente, passados 20 anos desta avaliação, nos interessou compreender como tais espaços, de gestão pública (com suas dificuldades e limitações) haviam se transformado para adotar as adaptações de

acessibilidade. Assim, os procedimentos metodológicos aplicados consistiram em montar um corpo teórico – conceitual através da revisão bibliográfica sobre acessibilidade; e foi produzido um breve relato com o contexto histórico de criação/inauguração das bibliotecas estudadas.

Foram realizadas visitas in loco, registrando os percursos e soluções encontradas a partir de fotografias digitais e medições, para conceber o posterior diagnóstico dos espaços de bibliotecas públicas estudadas: elaborou-se uma listagem de parâmetros a serem verificados, tais como: dimensionamento dos ambientes (em especial do banheiro para manobra da cadeira de rodas); existência ou não de desníveis e sua(s) possibilidade (s) de transposição; existência ou não de barras de apoio ou corrimão nos locais apropriados; sinalização indicando desníveis ou obstáculos; sinalização e acesso às rotas de fuga, dentre outros aspectos, identificados in loco.

Foram verificados nesta análise os espaços destinados ao usuário da biblioteca (acesso ao prédio, calçadas, recepção, acervo, acervo especial e banheiros). Estes fatores foram elencados de modo a traçar um diagnóstico das condições de acessibilidade das bibliotecas estudadas e finalmente foram traçadas diretrizes para otimizar a acessibilidade destes espaços. Em cada um dos espaços visitados, registramos a realidade encontrada em 2004 e em seguida, o que se alterou nestes mesmos espaços, no ano de 2024.

2 LEITURA: O PAPEL DA BIBLIOTECA E SUA ACESSIBILIDADE

Com os avanços tecnológicos, o advento da Internet e o uso abusivo das redes sociais, o hábito de leitura que já era alarmante baixo, parece ter piorado com o estímulo de acesso à informação rápida e vídeos de curta duração. Em face disto, o baixo hábito de leitura têm sido uma temática recorrente em diversos trabalhos científicos. De acordo com Marques Neto (2021, p. 146) a última edição da investigação “Retratos da Leitura no Brasil revela um número deprimente: nosso país perdeu 4,6 milhões de leitores entre 2015 e 2019. Na quarta edição, (2011 a 2015) havíamos acrescido 16,6 milhões de brasileiros e brasileiras ao mundo da leitura”.

São várias as ideias propostas para reversão desse quadro, desde reformulações no perfil do bibliotecário até modificações físico-estruturais, com finalidade de ampliar as atividades da biblioteca, dentre outros. Todavia, Marques

Neto (2021, p. 146) reflete sobre a crucial falta de apoio governamental “Vários motivos podem ajudar a explicar essa queda, mas nada é mais central e importante do que a paralisia e a posterior destruição das políticas públicas de formação de leitores no último quadriênio”.

Esta perda reflete, para nosso futuro, uma queda de qualidade cognitiva de profissionais, pois a prática da leitura torna o indivíduo, para além de um leitor eficiente, um ser crítico, com mais capacidade de interpretação e elaboração de ideias, favorecendo a criatividade, espírito crítico e o raciocínio rápido, compreensão e conexão de ideias. Entendendo que o espaço “biblioteca” consiste num significativo promotor na formação de leitores, faz-se imprescindível dotá-la de total acessibilidade, tanto do ponto de vista físico como social. Considerando a cidade de Natal – RN, o Plano Diretor (Lei Complementar nº 208 de 07 de março de 2022) traz como objetivos, em seu Artigo 3º:

[...] II – garantir o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado do seu território, além de preservar e proteger o meio ambiente, em sintonia com a economia sustentável e com a proteção do patrimônio histórico e cultural da cidade;

III– assegurar a todos os seus habitantes, condições de qualidade de vida, bem-estar, acessibilidade e segurança;

IV – promover a inclusão social, acessibilidade e a erradicação da pobreza, nos termos da legislação vigente e dos tratados internacionais nos quais o Brasil é signatário, considerando a importância de políticas habitacionais dignas e de interesse social; (Natal, 2022).

Tendo em vista atender à referida legislação, as bibliotecas precisam, além de existir com condições adequadas aos usuários, ter um uso socialmente justo, ou seja, permitir o acesso a todos os habitantes. No intuito de garantir este uso efetivamente social da cidade e de seus espaços, sobretudo públicos, faz-se imprescindível a eliminação de barreiras arquitetônicas, bem como disponibilizar no meio urbano sinalização apropriada que auxilie a população a localizar-se na cidade. Com a finalidade de avaliar as questões pertinentes à acessibilidade, a presente pesquisa tem como objetivos levantar a situação atual das principais bibliotecas públicas da cidade de Natal (Biblioteca Pública Câmara Cascudo e a Biblioteca Central Zila Mamede); diagnosticar de forma crítica as condições de acesso nas

citadas edificações; e por fim, fornecer algumas diretrizes para adequação às normas pertinentes.

3 BIBLIOTECAS PÚBLICAS ESTUDADAS

3.1 Biblioteca Pública Câmara Cascudo

3.1.1 Situação da Biblioteca Pública Câmara Cascudo em 2004

A Biblioteca Câmara Cascudo localiza-se na rua Potengi, em Natal/RN. É a maior biblioteca pública do Estado com um acervo de 65 mil volumes, e foi por este motivo que recebeu este nome (Decreto nº 14.759). A biblioteca é administrada pela Fundação José Augusto, e ocupa um edifício de dois pavimentos (Figura 01), sendo que no primeiro pavimento estão situadas a recepção, banheiros e o acervo geral, e no segundo pavimento encontram-se as coleções e materiais especiais.

Figura 01: Fachada principal da Biblioteca Câmara Cascudo.

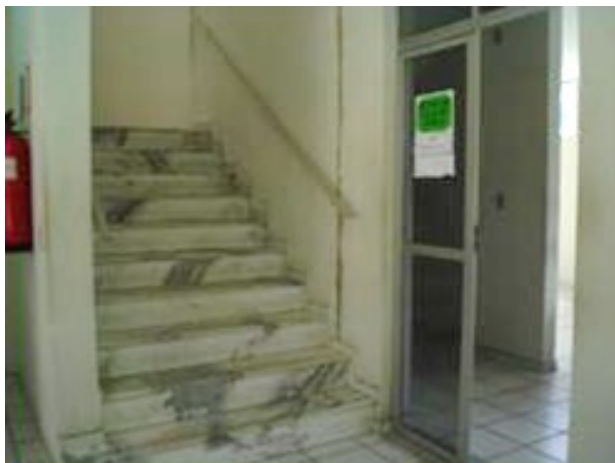


Fonte: As autoras (2004).

O acervo geral, apesar de ter porta dupla, mantém uma delas fechada, o que dificulta o livre acesso de cadeirante (Figura 02). Além disto, o espaçamento entre as estantes fica em torno de 60 cm (Figura 03), o que dificultava muito a passagem. O único acesso para as coleções e materiais especiais (segundo pavimento) é através de uma escadaria, absolutamente intransponível (Figura 02). Com relação aos banheiros, existe um para pessoas com deficiência; contudo este fica permanentemente fechado (é necessário pedir ao funcionário que o abra, Figura 04)

e o mesmo não possui nem maçaneta adaptada e tampouco as barras de apoio, próximas ao vaso sanitário.

Figura 02: Acesso com porta dupla e escadaria para as coleções especiais.



Fonte: As autoras (2004).

Figura 03 e 04: Espaçamento entre as estantes do acervo. Banheiro para PCD sem acessibilidade.



Fonte: As autoras (2004).

No que se refere ao acesso ao prédio, foram identificadas tanto rampa de acesso como escadaria, ambas com corrimão, contudo ainda não adaptados para a atual NBR 9050/2020 (Figura 05). A calçada também está em boas condições de conservação, faltando apenas as sinalizações para deficientes visuais. Com relação aos deficientes visuais, a biblioteca Câmara Cascudo detém um relevante acervo em Braille, mas que nunca foi consultado, segundo o funcionário que nos atendeu; possivelmente uma parte desta realidade seja a pouca divulgação da existência deste

acervo. Um outro motivo pode ser a falta de adaptação ao deficiente visual (no caso, as calçadas não sinalizadas e as estantes muito próximas, também sem sinalizações adequadas).

Figura 05: Acesso principal ao prédio.



Fonte: As autoras (2004).

Em linhas gerais pode-se colocar que a biblioteca é relativamente acessível do exterior para o interior, e internamente apresenta sérias limitações em especial para o cadeirante.

3.1.2. Situação da Biblioteca Pública Câmara Cascudo em 2024

Após 9 anos fechada (2012 a 2021), a Biblioteca Câmara Cascudo foi reaberta no final de 2021, e fazendo o comparativo com as observações realizadas em 2004, modificou-se bastante no decorrer dos anos (Figura 06).

Figura 06: Biblioteca Câmara Cascudo.



Fonte: As autoras (2024).

Atualmente, a biblioteca ocupa um edifício com três pavimentos (anteriormente tinha somente dois pavimentos). No primeiro pavimento estão situadas a recepção (Figura 07 e 08), hall de convivência com áreas de descanso e espaço para guarda volumes (Figura 09), banheiros acessíveis (Figura 10 e 11), sala de processos técnicos, acervo geral e acervo infantil. No segundo pavimento encontram-se a galeria, a sala de estudo e os banheiros acessíveis e no terceiro pavimento encontra-se o auditório e os banheiros acessíveis – nesse só é permitido o acesso com um funcionário da biblioteca.

Figura 07 e 08: Biblioteca Câmara Cascudo.



Fonte: As autoras (2024).

Após a entrada, passa-se pela porta detectora de segurança (Figura 07), que possibilita a passagem do cadeirante, chega à recepção (Figura 08), fazendo o seu cadastro, o acesso para o acervo geral é livre, passa-se primeiro pelo setor de processos técnicos e a partir daí tem acesso ao acervo.

Figura 09: Biblioteca Câmara Cascudo.



Fonte: As autoras (2024).

No estudo realizado em 2004, existia somente um banheiro para deficientes físicos, permanentemente fechado, e era necessário solicitar a chave a um funcionário. Atualmente, cada pavimento possui um hall (ao lado do elevador) que dá acesso aos banheiros acessíveis, feminino e masculino, com sinalização em braile, os banheiros possuem barras acessíveis, espaços adequados conforme a NBR 9050/2020, e cada banheiro possui alarme sonoro. No térreo, além dos banheiros acessíveis próximo a recepção e ao lado do elevador, no acervo técnico infantil também possui banheiros acessíveis feminino e masculino. Todos os banheiros são semelhantes, acessíveis conforme a NBR 9050/2020, com sinalização em braile na parede ao lado da porta, barras de acessibilidade, dimensionamento adequado e alarme sonoro.

Figura 10 e 11: Biblioteca Câmara Cascudo.



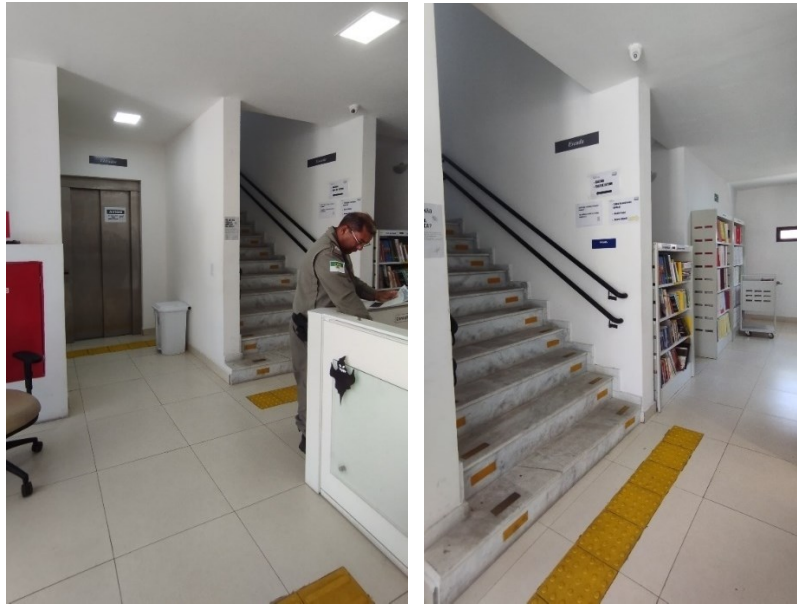
Fonte: As autoras (2024).

No estudo realizado em 2004, o acesso ao segundo pavimento era realizado somente através da escada. Atualmente, para ter acesso a cada pavimento, a edificação conta com um elevador (Figura 12 e 13), porém o mesmo encontrava-se com um aviso de interditado para manutenção no dia da visita.

No estudo realizado em 2004, o acesso ao acervo geral possuía uma porta dupla, em que uma delas era fechada, dificultando assim o livre acesso do cadeirante. Atualmente, o acesso para o acervo geral é livre, com dimensionamento de aproximadamente 1,20 m.

O acervo geral possui de 6 corredores, alguns com espaçamento entre estantes maiores e outros não, alguns possui o espaçamento entre as estantes em torno de 60 cm (figura 14, 15 e 16), o que dificulta a passagem do cadeirante.

Figura 12 e 13: Biblioteca Câmara Cascudo.



Fonte: As autoras (2024).

Figura 14, 15 e 16: Biblioteca Câmara Cascudo.



Fonte: As autoras (2024).

Dentro do acervo técnico possui um elevador (Figura 17) que dá acesso aos outros pavimentos (Figura 18), porém o mesmo encontrava-se com um aviso de interditado no dia da visita.

Figura 17 e 18: Biblioteca Câmara Cascudo.



Fonte: As autoras (2024).

Figura 19 e 20: Biblioteca Câmara Cascudo.



Fonte: As autoras (2024).

Com relação aos deficientes visuais, a biblioteca Câmara Cascudo possui sinalização em braile ao lado das portas e elevadores, possui sinalizações tátil de alerta (em toda a biblioteca) e sinalização sonora nos banheiros acessíveis, além de contar com o acervo em braile, tanto adulto como infantil e pretende instalar em breve opções para áudio book. No segundo pavimento encontram-se a galeria, a sala de estudo e os banheiros acessíveis, igual aos banheiros do primeiro pavimento.

No que se refere ao acesso ao prédio, foram identificadas duas rampas e duas escadas de acesso, na entrada principal e na entrada para o acervo infantil, ambas com corrimão duplo, sinalização tátil (alerta e direcional) antes da rampa e da escadaria (Figura 19 e 20).

3.2 Biblioteca Central Zila Mamede

3.2.1 Situação da Biblioteca Central Zila Mamede em 2004

A Biblioteca Central Zila Mamede, localizada no CAMPUS Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, foi criada em 1959, e era denominada (até 1974) “Serviço Central de Bibliotecas”, ou “SCB”. Seu funcionamento foi autorizado pelo Conselho Universitário em 02 de maio de 1959 (UFRN, 2024). Coordenava as atividades técnicas e administrativas das Bibliotecas da Faculdades

Isoladas. A partir de 1974 até 1985, passou a chamar-se “Biblioteca Central”, ou “BC”, em virtude da Reforma Universitária (Decreto 74.211) que centralizou os acervos das Bibliotecas das Faculdades: assim, a Biblioteca Central coordenava o Sistema de Bibliotecas da UFRN (num total de 10 Bibliotecas), uma no Campus Universitário, três em Natal fora do Campus (no Centro de Ciências da Saúde, no Departamento de Oceanografia e Limnologia e no Departamento de Odontologia), cinco nos Campi Avançados nos municípios de (Caicó, Santa Cruz, Currais Novos, Macau e Nova Cruz) e uma no Colégio Agrícola de Jundiá (Macaíba). Como forma de homenagem póstuma à bibliotecária Zila Mamede, idealizadora e organizadora do Sistema de Bibliotecas, a Biblioteca passou a ser denominada como “Biblioteca Central Zila Mamede”, ou “BCZM”, a partir da Resolução 120/CONSUNI de 09/12/1985).

Atualmente a BCZM é um órgão central executivo, responsável pela administração, planejamento, coordenação e fiscalização das atividades do Sistema de Bibliotecas (SISBI) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A BCZM é Unidade Suplementar, vinculada à Reitoria, diretamente subordinada ao Reitor. Possui uma área física total de 4.937,32 m², Videoteca com 30 lugares, auditório com 140 lugares, Hall para Exposições, Sala de Autores Norte-Riograndense, Sala de Obras Raras, Sala de máquinas Leitoras/Copiadoras de Multimeios, 1 (uma) sala climatizadas para estudos individuais com 36 cabines, 6 (seis) salas climatizadas para estudos em grupos totalizando 14 (quatorze) mesas de 8 (oito) lugares, Cantina e Jardins internos.

Com relação aos acessos ao prédio, apesar da existência de rampa (Figura 21), as calçadas do entorno da biblioteca não permitem a passagem de cadeiras de rodas. Após a entrada no hall de exposição, existe uma porta detectora de segurança ao acervo (Figura 22), que possibilita a passagem de cadeiras de rodas – mas a acessibilidade ao cadeirante termina neste ponto.

Figura 21 e 22: Biblioteca Central Zila Mamede.



Fonte: As autoras (2024).

Uma série de escadarias tanto para o pavimento superior (Figuras 23, 24 e 25) como inferior, restringem o acesso do cadeirante ao setor de dicionários (no piso intermediário).

Figura 23, 24 e 25: Biblioteca Central Zila Mamede.



Fonte: As autoras (2024).

Apesar disto, pôde-se constatar que o acesso por entre as estantes é total, correspondendo a corredores de no mínimo 1 metro (Figura 26). Desconsiderando o fato de que cadeiras de rodas não conseguiriam chegar ao banheiro, ao acessar o mesmo percebe-se que não tem adaptação alguma para o deficiente: a porta não permite a passagem da cadeira de rodas, existem muitas curvas sem espaço de giro suficiente, o sanitário não tem nem as dimensões mínimas nem as barras de apoio (Figura 27). A única rampa interna verificada (no setor de coleções especiais), é destinada ao transporte do acervo, pois a inclinação não permite o deslocamento de cadeiras de rodas com segurança (Figura 28).

Figura 26, 27 e 28: Biblioteca Central Zila Mamede.



Fonte: As autoras (2024).

Em síntese, trata-se de uma biblioteca pública, mas completamente inacessível aos deficientes físicos.

3.2.2 Situação da Biblioteca Central Zila Mamede em 2024

A biblioteca da UFRN passou por algumas reformas e intervenções com o passar dos anos. Além disso, em 2011, na gestão do Reitor José Ivonildo do Rêgo, foi inaugurado um novo prédio, conhecido como Anexo, que fica ao lado do prédio original, ampliando assim a estrutura da BCZM, que atualmente possui uma área total de 8.586,49 m² (UFRN, 2024), podemos visualizar na Figura 29.

Figura 29: Biblioteca Central Zila Mamede.



Fonte: As autoras (2024).

Com relação aos acessos ao prédio melhorou bastante com as intervenções, as calçadas do entorno possuem rampas, piso tátil direcional, e conta com uma faixa de pedestre elevada em frente a BCZM (Figura 29), precisando melhor somente em

relação a sinalização (nova pintura). Atualmente possui uma rampa de acessibilidade para ter acesso a edificação (Figura 30), piso tátil de alerta, corrimão de duas alturas e com inclinação conforme a NBR 9050/2020.

Figura 30: Biblioteca Central Zila Mamede.



Fonte: As autoras (2024).

Após a entrada no hall da edificação, o acesso se dá por meio de uma catraca (Figura 31), porém o cadeirante tem acesso pela lateral, onde fica uma corrente provisória (Figura 32).

Figura 31 e 32: Biblioteca Central Zila Mamede.



Fonte: As autoras (2024).

E em seguida, passa pela porta detectora de segurança, que permite a passagem da cadeira de rodas. Para ter acesso ao piso inferior e superior, pode ser por meio das escadas, mas também existe uma plataforma de acessibilidade (Figura 33), no prédio anexo também existe uma plataforma de acessibilidade (Figura 34), possibilitando o deslocamento de cadeirantes e pessoas com baixa locomoção, ambas estavam funcionando no dia da visita.

Figura 33 e 34: Biblioteca Central Zila Mamede.



Fonte: As autoras (2024).

A Biblioteca possui circulações adequadas tanto entre as estantes como no geral da biblioteca, pois é possível se deslocar com segurança e não possui obstáculos, tanto na biblioteca central (Figura 35), como no prédio anexo (Figura 36). Nas duas partes da biblioteca possui mesas para estudos em grupos e individualizados, na parte antiga e no prédio anexo.

Figura 35 e 36: Biblioteca Central Zila Mamede.



Fonte: As autoras (2024).

Saindo do prédio principal para o prédio anexo, o acesso se dá por três opções (Figura 37), piso inferior, piso térreo e pavimento superior, para o pavimento superior o acesso é através de uma plataforma em estrutura metálica com cobertura (Figura 38), somente no acesso pelo pavimento inferior possui sinalização tátil de alerta em volta dos jardins.

Figura 37: Biblioteca Central Zila Mamede.



Fonte: As autoras (2024).

Figura 38: Biblioteca Central Zila Mamede.



Fonte: As autoras (2024).

Cada pavimento possui um hall com banheiros acessíveis, no prédio antigo, tanto no pavimento inferior quanto no pavimento térreo. Visualizamos também no prédio anexo em que cada pavimento possui um hall com banheiros acessíveis, possuindo um banheiro feminino e um masculino, e um banheiro feminino PNE e um masculino PNE, porém não existe sinalização visual em braile nas portas. Nos banheiros acessíveis do prédio antigo (Figura 39 e 40), o banheiro possui medidas mínimas acessíveis, com possibilidade do giro para o cadeirante, portas que abrem para fora, barra de acessibilidade na porta, chapa galvanizada na porta ao sair, barras acessíveis próxima ao sanitário, porém faltando a barra vertical próximo ao sanitário, ausência de barras próximo ao lavatório, ausência de alarme sonoro e sinalização em braile conforme a NBR 9050/2020.

Figura 39 e 40: Biblioteca Central Zila Mamede.



Fonte: As autoras (2024).

Já nos banheiros acessíveis do prédio anexo (Figura 41 e 42), encontra-se a mesma situação, o banheiro possui medidas mínimas acessíveis, com possibilidade do giro para o cadeirante, portas que abrem para fora, barra de acessibilidade na porta, chapa galvanizada na porta ao sair, barras acessíveis próxima ao sanitário, porém faltando a barra vertical próximo ao sanitário, ausência de barras próximo ao lavatório, ausência de alarme sonoro e sinalização em braile conforme a NBR 9050/2020.

Figura 41 e 42: Biblioteca Central Zila Mamede.



Fonte: As autoras (2024).

A biblioteca conta com um acervo diverso em Braille, o acervo está localizado no térreo do prédio antigo, o acervo conta inclusive com literaturas atuais, e tem previsão para chegar mais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A passagem do tempo foi extremamente benéfica no quesito de acessibilidade para as duas principais bibliotecas públicas de Natal – RN. Como pôde ser verificado quando da análise dos espaços estudados, na visita realizada em 2004, nenhum deles apresentava condições que permitissem total acessibilidade; tal fato se tornava mais agravado quando se constata o aumento populacional ao longo do tempo, que demanda por mais informação; e a escassez de bibliotecas públicas, bem como as limitadas condições de acessibilidade nestas.

Em relação a Biblioteca Câmara Cascudo, embora tenha passado nove anos fechada (2012 a 2021), em sua reabertura, muitos dos aspectos negativos diagnosticados em 2004 foram mitigados na grande reforma realizada (que chegou a ampliar o prédio verticalmente). No estudo realizado em 2004, embora o acesso urbano fosse bem estruturado, havia uma série de falhas no interior do prédio. Por exemplo, existia somente um banheiro para deficientes físicos, permanentemente fechado, e era necessário solicitar a chave a um funcionário. Atualmente, cada pavimento possui um hall (ao lado do elevador) que dá acesso aos banheiros acessíveis, feminino e masculino, com sinalização em braile, os banheiros possuem barras acessíveis, espaços adequados conforme a NBR 9050/2020, e cada banheiro

possui alarme sonoro. Além disso, o acesso ao segundo pavimento, que em 2004 era realizado somente através da escada, hoje há um elevador. O acesso ao acervo geral, com porta dupla, mas que na prática era apenas uma, foi eliminada, possibilitando o livre acesso do cadeirante pelo amplo vão de aproximadamente 1,20 m. Em toda a BCC, o único ponto que ainda inviabiliza a inclusão total, em termos de acessibilidade, é o espaçamento entre as estantes, alguns corredores em torno de 60 cm, o que dificulta a plena passagem do cadeirante.

A Biblioteca Central Zila Mamede, no ano de 2004, era o caso mais grave de inacessibilidade; o fato de o edifício se prestar fundamentalmente a fins de pesquisa, científicos, fazia com que houvesse uma lacuna importante no acesso de deficientes físicos (literalmente) à Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Apesar de vários edifícios na UFRN, a esta época, estarem passando por processos de adaptação à acessibilidade – inclusive a própria biblioteca passou também ao incorporar uma rampa de acesso ao edifício – a biblioteca, um dos prédios mais antigos no complexo, era um dos que menos havia conseguido se adaptar ao deficiente. Não obstante, após essas duas décadas, aconteceram muitas mudanças, incluindo em 2011, a construção de um novo Anexo, ao lado do prédio original, ampliando assim a estrutura da BCZM.

Os acessos ao prédio melhoraram bastante com as intervenções realizadas, com intervenções como as calçadas do entorno, atualmente dotadas de rampas acessíveis, piso tátil direcional, faixa de pedestre elevada em frente a BCZM, onde se observa apenas a necessidade de melhoria na sua sinalização (nova pintura). Atualmente conta com uma rampa de acessibilidade para ter acesso a edificação com dimensões conforme a norma, piso tátil de alerta, corrimão de duas alturas e com inclinação conforme a NBR 9050/2020. Os acessos ao hall do prédio antigo, tem rota acessível (como solução para a catraca, há um acesso lateral para o cadeirante, por meio da retirada de uma corrente provisória; e a porta de segurança, que permite a passagem da cadeira de rodas). Para o acesso ao piso inferior e superior, onde antes apenas havia escadarias, atualmente existe uma plataforma de acessibilidade – tanto no prédio antigo, como no anexo. Com relação aos banheiros, que antes não havia nenhum acessível, atualmente, cada pavimento possui um hall com banheiros acessíveis, no prédio antigo e no Anexo. Contudo, não existe sinalização visual em braille nas portas. Internamente, os banheiros dos dois prédios possuem medidas

mínimas acessíveis, com possibilidade do giro para o cadeirante, portas que abrem para fora, barra de acessibilidade na porta, chapa galvanizada na porta ao sair, barras acessíveis próxima ao sanitário, porém faltando a barra vertical próximo ao sanitário, ausência de barras próximo ao lavatório, ausência de alarme sonoro e sinalização em braile conforme a NBR 9050/2020.

Esta pesquisa faz parte de um estudo maior que vêm analisando edificações públicas em Natal, e os resultados, em 2004, eram similares: as adaptações necessárias ao livre acesso eram mínimas, o que na época nos fazia questionar porque não eram efetivados. Natal, que em 1992 era uma das cidades vanguardistas no Brasil nas questões de acessibilidade, tendo destaque nacional com aprovação de leis que serviram de exemplo para muitas outras cidades, no período do primeiro estudo, parecia ter se perdido nas ações de inclusão. Nestes últimos anos, todavia, vemos aos poucos este cenário se modificando, sendo as reformas implementadas – o que nos dá esperança e alento no sentido de estarmos conseguindo uma cidade mais inclusiva. Todos nós podemos necessitar de adaptações, por deficiências temporárias ou permanentes, ou ainda envelheceremos, e vamos e precisar de uma cidade que nos receba e acolha, independente de nossas condições físicas. Se por um lado, é inegável que ainda haja muito a avançar em termos de desenho universal inclusivo, englobando o aprimoramento das próprias normativas, por outro, também é indiscutível os avanços que temos alcançado, de modo paulatino, mas inexorável, para a construção de cidades mais inclusivas, respeitosas e acolhedoras para todos.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT. **Acessibilidade: de acordo com a norma ABNT NBR 9050:2020**. Disponível em: https://www.confea.org.br/midias/acessibilidade_abnt_2022.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

BERNARDI, Cristiane Kröhling. **NBR 9050: atualização de 2020**. O que mudou? Disponível em: <https://guiaderodas.com/emenda-1-da-nbr-9050-o-que-mudou>. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 74.211, de 24 de Junho de 1974**. Modifica a estrutura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74211-24-junho-1974-422758-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 14 de novembro de 2024.

BRASIL. LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida**, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 11 nov. 2024.

BRASIL. LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 05 nov. 2024.

GALA, Ana Sofia. **Lei de acessibilidade**: quais são, importância e quem fiscaliza? Disponível em: <https://www.handtalk.me/br/blog/leis-de-acessibilidade/>. Acesso em 05 nov. 2024.

GARCIA, Amanda Ferreira; ANDRADE, Isabela Fernandes; FRANZ, Luis Antonio dos Santos; RODRIGUES, Lucas Barbosa da Silveira. **Evolução da NBR 9050**: uma breve discussão a partir da avaliação comparativa entre as versões 2004 e 2015. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 18., 2020, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: ANTAC, 2020.

MARQUES NETO, José Castilho. **Retratos da leitura no Brasil e as políticas públicas do livro e leitura** – O que nos diz a série histórica. In: FAILLA, Zoara (org). Retratos da leitura no Brasil 5. São Pauli: Instituto Pró-Livro, 2021.

NATAL. **LEI COMPLEMENTAR N º 208 DE 07 DE MARÇO DE 2022**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Natal, e dá outras providências. Disponível em: https://www.natal.rn.gov.br/semut/legislacao/complementar/complementar208_2022.pdf. Acesso em: 14 nov. 2024.

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 14.759, de 10 de fevereiro de 2000, que aprova o Regulamento à Lei n.º 7.799, de 30 de dezembro de 1999, o qual institui o **Programa Cultural Câmara Cascudo**. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=152589>. Acesso em: 12 nov. 2024.

UFRN. **Histórico da BCZM**. Disponível em: <https://sisbi.ufrn.br/biblioteca/bczm/sobre/historico>. Acesso em: 12 de novembro de 2024.

UFRN. **Resolução N. 120/CONSUNI**. 19 de dezembro de 1985. Aprova mudança do nome “Biblioteca Central” para “Biblioteca Zila Mamede”. Disponível em: https://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/2022198175e60d110392649bda4317c584/Resolucao_N_120-1985
Aprova_mudanca_do_nome_da_Biblioteca_Central__Biblioteca_C.pdf. Acesso em: 14 nov. 2024.